



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO.
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

POR QUE A REFORMA AGRÁRIA?

LUIZ HELANO SARAIVA BARROS

MATRÍCULA – 913801 3

FORTALEZA, 06 DE OUTUBRO DE 1998

Luiz Helano Saraiva Barros

POR QUE A REFORMA AGRÁRIA?

Monografia submetida à
coordenação do curso de
Ciências Econômicas como
parte dos requisitos
necessários à obtenção do
Título de Bacharel.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Fortaleza, Outubro de 1998

Esta monografia foi submetida à coordenação do Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, como requisito parcial necessário a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

Monografia aprovada em 06 de Outubro de 1998.

Prof^a Maria Goretti Serpa Braga

Orientadora

Prof^a. Maria Cleide Carlos Bernal

Prof. Euripedys Ewbank Rocha

SUMÁRIO

<u>INTODUÇÃO</u>	01
<u>CAPÍTULO 1</u>	
<u>A Produção Agrícola Familiar</u>	03
<u>1.1 A Agricultura Familiar nos Estados Unidos</u>	05
<u>1.2 A Agricultura Familiar na Europa</u>	09
<u>CAPÍTULO 2</u>	
<u>A Modernização da Agricultura Brasileira</u>	16
<u>CAPÍTULO 3</u>	
<u>Reforma Agrária, Agricultura e Desenvolvimento</u>	23
<u>ANEXOS</u>	37
<u>CONCLUSÃO</u>	45
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	47

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

<u>Número e distribuição percentual dos estabelecimentos agrários familiares e patronais nos Estados Unidos, 1949, 1959, 1969.....</u>	07
<u>Distribuição percentual das vendas totais, segundo os tipos de estabelecimentos agrícolas nos Estados Unidos em 1949, 1959, 1969.....</u>	08
<u>Evolução da agricultura francesa no pós-guerra.....</u>	10
<u>Evolução dos rendimentos de leite e cereais – países selecionados - 1958/1972.....</u>	11
<u>Porcentagem total do número de estabelecimentos agrícolas e do total de área agrícola.....</u>	20
<u>Porcentagem do número total de imóveis e do total da área – Brasil.....</u>	21
<u>Renda média dentro dos assentamentos em salários mínimos.....</u>	29
<u>Participação dos estabelecimentos e extratos de área selecionados na oferta agrícola, Brasil, 1985 (porcentagens).....</u>	33
<u>Rendimentos físicos nos estabelecimentos de extratos de áreas selecionados no Brasil.....</u>	34

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Crescimento do PIB – 1966/1978.....	18
Em cinquenta anos o Brasil trocou o campo pelas cidades.....	19
Número e distribuição de famílias assentadas.....	37
Estado civil dos assentados.....	38
Escolaridade dos assentados.....	39
O que os assentados faziam antes.....	40
De onde vem a luz nos assentamentos.....	41
Percentual dos assentamentos que possuem eletrodomésticos.....	42
Idade dos assentados.....	43
Como são as casas dos assentados.....	44

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é mostrar que a agricultura familiar desempenhou um papel muito importante nos países capitalistas desenvolvidos, gerando riqueza, melhor distribuição de renda e melhores condições de vida para as suas populações. Isto ocorreu porque o setor obteve apoio decisivo do Estado através de políticas agrícolas, proporcionando aumento da oferta dos produtos agrícolas e renda ao produtor rural. E como essas políticas poderiam ser utilizadas aqui no Brasil trazendo resultados que pudessem vir a melhorar o padrão de vida do produtor rural familiar, assim como da sociedade como um todo. Para tanto, o presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo far-se-á uma definição da agricultura familiar, mostrando uma negação as previsões de Lênin e Kautsky, pois segundo esses autores com a inserção do capitalismo no campo haveria uma transformação das relações sociais e de produção no campo, exatamente como ocorre na indústria, ou seja, haveria uma divisão entre capitalistas e trabalhadores e a dominação das grandes explorações em relação às pequenas, o que de fato não aconteceu, tendo em vista que a agricultura familiar tornou-se uma das principais pilstras de apoio aos países capitalistas desenvolvidos.

No segundo capítulo estudar-se-á como as políticas agrícolas foram utilizadas no Brasil, principalmente a partir do chamado “milagre econômico”, quando houve uma modernização da nossa agricultura, mas veremos também que foram beneficiados em grande parte os grandes produtores rurais que

trabalhavam quase que exclusivamente com produtos exportáveis como a soja, a cana-de-açúcar e o café.

No terceiro capítulo, estudar-se-á como é a vida dentro dos assentamentos de reforma agrária hoje instalados no Brasil, segundo o primeiro censo de assentamentos rurais do país, e como a FAO em um estudo em 1992 relatou a viabilidade desses assentamentos. Paralelo a isto, será feita uma comparação em termos de produtividade entre os setores familiar e patronal na agricultura brasileira, e como através dos assentamentos o Brasil poderia dinamizar ainda mais a agricultura familiar através de uma integração com a agroindústria, como forma de diminuir a fome e a miséria hoje existentes no país.

Na última parte do trabalho serão feitos alguns comentários conclusivos sobre o que foi exposto neste estudo.

CAPÍTULO 1

A Produção agrícola Familiar.

A interpretação de Marx sobre a agricultura contidas em “O Capital” e mais tarde reforçadas por Kautsky (a Questão Agrária, 1899) e Lênin (O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, 1899), mostram que a agricultura familiar tenderia a desaparecer, tendo em vista que o desenvolvimento capitalista leva a formação de apenas duas classes sociais antagônicas, e que não há possibilidade de outra forma de produção, pois qualquer outra classe que não seja a burguesia e o proletariado estaria fatalmente condenada a eliminação social.(Abramovay,1992)

Para esses autores, com o desenvolvimento do capitalismo no campo haveria uma transformação nas relações sociais e de produção exatamente do mesmo modo como ocorre na indústria, ou seja, haveria uma separação entre capitalistas e trabalhadores, e a dominação das grandes explorações em relação às pequenas, aumentando assim o assalariamento no campo, fazendo com que desaparecessem os camponeses.

Com o passar do tempo, pode-se perceber que essas previsões não se concretizaram, muito pelo contrário, pois o processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a aumentar o número de trabalhadores assalariados no campo, e muito menos desapareceram os camponeses, apenas o que antes era um modo de vida com razões não puramente econômicas, com a penetração do capitalismo na agricultura, torna-

se agricultura profissional onde as normas e condições de reprodução social estão na competição e eficiência econômica das agora unidades familiares de produção, que são unidades que apresentam as seguintes características: trabalho e gestão intimamente relacionados, direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, ênfase na diversificação, trabalho assalariado complementar e ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida. A agricultura familiar se constitui na base de um processo redistributivo de renda muito importante, para um dos maiores ciclos de expansão e acumulação já visto nos países capitalistas desenvolvidos a partir principalmente da década de 40.

Podemos perceber também um outro papel fundamental que tem a agricultura familiar, que é o de fornecer comida farta e barata, pois a agricultura não conta com altos lucros como os setores mais dinâmicos da economia, porque trabalha na expectativa de rendimentos futuros através da acumulação de ativos fundiários(preço da terra), pois com a sustentação de preços através do Estado, há uma proteção ao lucro do agricultor, aumento do preço da terra e uma expansão ainda maior da produção agrícola graças a concorrência dos agricultores que continuam no setor. Dessa forma, o Estado através da agricultura deve procurar garantir uma redução no preço dos alimentos e possibilitar aos trabalhadores gastarem menos da sua renda com alimentação e proporcionarem uma maior parcela ao consumo de outros bens, especialmente os duráveis, transferindo assim renda da agricultura para os demais setores da economia, trazendo benefícios para a economia como um todo.

A seguir, será visto como a agricultura familiar se desenvolveu nos Estados Unidos, fazendo com que este se tornasse o maior exportador agrícola do mundo (Abramovay, 1992: 179).

1.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NOS ESTADOS UNIDOS.

Nos Estados Unidos, a adequação da agricultura familiar às necessidades de se produzir comida farta e barata via modernização tecnológica, levou o Estado a adotar uma política de apoio a este tipo de produção após a Segunda guerra mundial, pois com o “treadmill”, que é um modelo explicativo da dinâmica agrícola no processo de desenvolvimento industrial, o agricultor inovador ao introduzir as novas técnicas, obtém um lucro extra, até que todos os outros agricultores também a adotem e se volte a um equilíbrio e conseqüentemente o lucro extra desapareça. Por esse modelo, pode-se perceber que quem não seguir o exemplo do agricultor inovador será fatalmente marginalizado e empurrado para fora do setor, tendo seus ativos fundiários adquiridos pelos inovadores que conseguiram obter um lucro extra (ABRAMOVAY, 1992: 146).

Desse modo, a evolução da política agrícola americana apresentou-se da seguinte forma: até o início dos anos 1970, a oferta superou a demanda, reduziu-se os preços agrícolas, a remuneração corrente dos agricultores esteve abaixo do nível de salário da indústria, houve valorização dos ativos fundiários, bem como aumentos nos salários agrícolas reais e melhora e melhora constante no desempenho do setor. Isso, graças a atomização da

oferta da produção e a atuação do Estado juntamente com os organismos profissionais que possibilitou o funcionamento planejado do sistema econômico. Após 1970 a demanda apresentou um crescimento maior que a oferta, desregulando todo o sistema e provocando elevação nos preços alimentares e no preço da terra, o que posteriormente levou a uma crise nos anos 80.

O papel do Estado no desenvolvimento econômico tanto nos Estados Unidos como nos demais países capitalistas desenvolvidos que serão aqui apresentados foi importantíssimo, atuando através de um crescente intervencionismo e do financiamento de atividades produtivas, como pesquisa e extensão. A preocupação central foi a garantia de uma renda mínima necessária a subsistência do organismo familiar, bem como o controle dos preços dos alimentos que compõem a cesta básica do trabalhador.

O que se pode verificar é que tanto nos Estados Unidos como nos demais países capitalistas desenvolvidos como veremos a seguir, o papel do Estado no desenvolvimento econômico foi muito importante através de um crescente intervencionismo e financiamento de atividades produtivas, para que se pudesse chegar a uma renda mínima necessária à subsistência da unidade familiar e a uma oferta farta e barata de alimentos. dessa forma podemos perceber que os agricultores não têm como escapar do “treadmill,” sob pena de serem lançados fora do mercado.

Mas o que são essas unidades familiares de produção? Geralmente são definidas como as unidades de produção que usam uma mão-de-obra

assalariada, que não ultrapassa a mão-de-obra não contratada, ou seja, o trabalho da própria família.

Segundo essa afirmativa, para Nikolitch (in Abramovay,1992), a agricultura americana ao menos até 1969 era predominantemente familiar, como poderemos ver no quadro abaixo.

TABELA Nº 1

**NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS
ESTABELECIMENTOS AGRÁRIOS, FAMILIARES E PATRONAIS
NOS ESTADOS UNIDOS, 1949, 1959 e 1969**

TIPOS	1949	1959	1969
Familiares(milhares)	4641	3530	2580
Porcentagens	95%	95%	95%
Patronais(milhares)	264	165	146
Porcentagens	5%	5%	5%

Fonte: Nikolitch, 1972.

Extraído de Veiga, José Eli da. O Desenvolvimento Agrícola, 1991, p. 111 ,Quadro 1.3.

TABELA Nº 2
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS VENDAS TOTAIS, SEGUNDO
OS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS NOS ESTADOS
UNIDOS , 1949, 1959, 1969

TIPOS	1949(%)	1959(%)	1969(%)
Familiares	63	70	62
Com Vendas:			
(-) de \$ 10.000	42	28	14
(+) de \$ 10.000	21	42	48
Patronais	37	30	38

Fonte: Nikolitch, 1972.

Extraído de Veiga, José Eli da. O Desenvolvimento Agrícola, 1991, ps.111-112, quadro 1.4.

Podemos perceber inicialmente, a grande predominância das unidades familiares de produção com 95% do total, e que a sua importância não está apenas no seu grande número, e sim no volume de operações que elas representam, pois, como podemos perceber, suas vendas representam 62% do total em 1969, contra apenas 38% das explorações patronais.

Dessa forma Nikolitch percebe e conclui que justamente as unidades familiares de produção se desenvolveram em tipos de plantações em que há um maior uso de máquinas e equipamentos, tornando menos necessária a contratação de mão-de-obra paga dentro do processo produtivo, pois, em 1969 era preciso 70% a menos de mão-de-obra para se produzir 36% a mais de alimentos que logo após a Segunda guerra mundial, pois, em muitos casos onde o volume de operações era significativo, em quase metade deles(48%) as

vendas eram superiores a US\$ 10.000 anuais. E se verificarmos os estabelecimentos onde as vendas situam-se entre US\$ 20.000 e US\$ 199.000 em 1964, veremos que nessas unidades consideradas como médias, nada menos que 68,2% desse total são garantidas por explorações que contam com menos de 1,5 homem/ano de trabalho assalariado.*

1.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NA EUROPA.

Na Europa, com o apoio do Estado, foi a agricultura familiar que responsabilizou-se não só por assegurar um consumo alimentar mais que suficiente, como também de garantir a França o lugar de segundo maior exportador de produtos agrícolas, perdendo apenas para os Estados Unidos(Abramovay, 1992: 179).

Para Servolin (in Abramovay,1992 : 179) a agricultura familiar é concebida como uma criatura do Estado e de sua política agrícola, pois o Estado interfere diretamente na organização dos mercados, no patamar tecnológico em que os produtores operam e na evolução das estruturas fundiárias, e a consequência dessas políticas públicas é que a Europa, com apenas 6,5% da população mundial, conseguiu ganhos de produção e produtividade no pós-guerra ao ponto de obter 9% da oferta mundial de cereais, 17,5% da oferta da carne e 23% da produção de leite.

* Para maiores informações consultar, ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão(1992).

A verdade é que após a primeira guerra mundial, até como conseqüência da reconversão a finalidades civis da indústria bélica a mecanização agrícola avançou bastante na Europa, mas foi somente com o aumento em larga escala do uso de inovações químicas (fertilizantes e pesticidas) e biológicos(sementes melhoradas) que a maior produtividade do trabalho pode traduzir-se num aumento significativo dos rendimentos da terra.

Na tabela III , a seguir, pode-se perceber como ocorreu esse aumento de produtividade, segundo a evolução da agricultura francesa no pós-guerra, se não vejamos:

TABELA Nº 3
EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FRANCESA NO PÓS-GUERRA

Produção	1929	1949	1960
Trigo: produção(milhões de T)	8	8,1	10,8
Cevada: Produção(milhões de T)	1,3	1,4	5,7
Milho: Produção(milhões de T)	0,4	0,2	2,8
Leite: produção(milhões de hectolitros)	138	130	246
Vinho: Produção(milhões de hl)	57	43	61

Fonte: Kroll(1987: 30)

Extraído de ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão, 1992, p. 182.

Dessa forma pode-se perceber um grande aumento na produtividade, tanto que os rendimentos de milho na França, multiplicaram-se por dez entre 1949 e 1980. Os de trigo por 2,5 assim como os de leite (Abramovay, 1992 : 183), e que vários produtos como cevada, vinho, carne dentre outros, também obtiveram altos ganhos de produtividade.

Na tabela 4 a seguir, pode-se observar como esses ganhos de produtividade refletiram na evolução dos rendimentos de leite e cereais de alguns países europeus.

TABELA Nº 4
EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DE LEITE E CEREAIS –
PAÍSES SELECIONADOS 1958 - 1972

Produtividade técnica	França	Itália	Países Baixos	Bélgica
Rendimento em leite(kg/vaca)	+42%	+64%	+16%	+9%
Rendimento em Cereais(kg/ha)	+87%	+52%	+45%	+42%

Fonte: Kroll(1987:85)

Extraído de Abramovay, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão, 1992, p.183.

O que se pode perceber é que com toda essa intervenção estatal, os agricultores acabam por perder o eixo determinante da quantidade produzida, pois o volume, o produto, o padrão técnico e os preços são fatores que escapam ao domínio da família, mostrando assim que os vínculos mercantis

têm o poder de colocar em questão a organização dominante dos modos de vida, onde contribuem para ampliar o horizonte social e econômico dos agricultores.

Na Dinamarca em meados do século XVII, apenas 6% das terras aráveis encontravam-se nas mãos de camponeses livres, mas essa realidade foi modificada com uma reforma agrária, de modo que apesar de ter havido uma significativa industrialização a partir do ano de 1870, esse processo foi simultâneo ao reforço social, econômico e político da agricultura familiar, tanto que essa reforma agrária fez com que em 1905, 95% dos estabelecimentos agrícolas já pertencessem aos agricultores(Abramovay, 1992: 194).

É importante se observar que já desde meados do século XIX os agricultores dinamarqueses não levavam seus produtos isoladamente ao mercado, pois estavam inseridos em uma dinâmica exportadora que não poderia se desenvolver sem um crescimento acelerado de uma dinâmica cooperativista, que se responsabilizava não somente pelas vendas, mas também pela padronização e pela industrialização dos produtos, e já no começo do século, cada cidade possuía a sua cooperativa.

O mérito dos agricultores dinamarqueses é que eles foram capazes de se inserir nas necessidades do desenvolvimento capitalista, fornecendo aqueles produtos essenciais a mudança no padrão de consumo das sociedades cuja renda urbana se elevava. Esse modelo dinamarquês foi seguido em toda a Europa, tendo o controle centralizado do Estado sobre a produção e os preços.

Se observarmos o caso específico francês, veremos que o Estado proporcionou uma reforma agrária ao contrário, ou seja, lá o problema é que existiam muitos minifúndios com produtividade muito baixa, e a formação técnica precária dos agricultores não permitia um aumento de eficiência.

Pregava-se então uma maior racionalidade econômica na agricultura, com vistas a ampliar a competitividade, a escala técnica, reduzir custos e ampliar a venda pelos ganhos de produtividade, dessa forma teria que haver a eliminação dos produtores menos eficientes, o aumento do tamanho das propriedades e conseqüentemente o patrocínio do êxodo rural, pois o número de explorações que chegava a quase 2,3 milhões em 1955, deveria se reduzir num prazo muito rápido, a no máximo 1 milhão. E portanto, caberia ao Estado patrocinar um processo de êxodo agrícola¹ e rural e ao mesmo tempo definir um modelo, ou tipo de exploração agrícola que correspondesse às necessidades do país e que seria o único a receber apoio oficial. Esse tipo de exploração foi o padrão produtivo da agricultura familiar moderna, em condições que permitissem uma utilização racional dos capitais e das técnicas, uma remuneração do trabalho de execução e de direção dos capitais fundiários de exploração (GERVAIS, in Abramovay, 1992: 200).

Com base nisso, o governo francês procurou administrar politicamente o êxodo rural, não deixando a cargo do mercado o processo de eliminação dos agricultores idosos ou com extensões de terra excessivamente reduzidas,²

¹ Êxodo agrícola refere-se à redução da população que desenvolve atividades agropecuárias. Sendo portanto, diferente do conceito de êxodo rural que designa a saída da população do campo. Hoje, em várias regiões européias a população rural ligada a atividades agropecuárias já não é mais a maioria.

² Os agricultores com menos de 3 hectares que aceitassem vender o lote, receberiam uma indenização vitalícia de cerca de US\$ 250 mensais (Gervais, in Abramovay, 1992: 200).

houve indenizações àqueles que solicitavam aposentadoria antecipada e cursos de habilitação para trabalho em outros setores fora da agricultura.

Feito isto, com terras disponíveis, o Estado passou a exigir um nível *técnico mínimo dos agricultores para liberar financiamentos*, exigiu também disciplina dos produtores e concentração da oferta. E qualquer plano de implantação de uma nova unidade produtiva deveria submeter-se ao parecer técnico de uma comissão.

O resultado dessa política é que nada menos que $\frac{1}{4}$ da superfície agrícola útil, ou seja, 8,5 milhões de hectares foram liberados pelos mecanismos de indenização e então atribuídos a 500 mil agricultores que receberam apoio do Estado.

Foi com base em uma política de estruturas que o Estado pode estipular claramente uma política de rendas para a agricultura e de preços agrícolas ao consumidor. Consistindo em conciliar dois objetivos básicos: garantir ao menor preço a produção de gêneros alimentícios e agrícolas e garantir um nível de vida suficiente à população agrícola.

Nos países europeus a agricultura não é encarada pela sociedade e pelos próprios agricultores como um empreendimento do qual se pode esperar a obtenção de lucros, como em qualquer outra atividade comercial. O Estado é ao mesmo tempo responsável e guardião da renda agrícola, estipula seu nível e arca com as despesas a elas correspondentes, e em contrapartida ele exige dos agricultores que se contentem em retirar do solo o valor correspondente à renda das outras categorias de trabalhadores da sociedade.

CAPÍTULO 2

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.

No Brasil, pode-se perceber que o modelo de modernização adotado após 1967, baseou-se principalmente na expansão do crédito subsidiado e no tratamento preferencial dado ao setor de insumos, como máquinas, fertilizantes e defensivos, objetivando um maior consumo por parte dos produtores rurais.

A integração técnica da agricultura com a indústria que se dera nos Estados Unidos e Europa ainda no começo do século, ocorreria no Brasil, apenas nas décadas de 60 e 70, e foi com a articulação pelo Estado do sistema nacional de crédito rural que ocorreu a reorientação das políticas agrícolas e o fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e do crescimento capitalista no setor. Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos que eram considerados sinônimo de modernidade e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura.

Conforme Szmrecsányi (1997) “houve um pacto agrário, modernizante e conservador que, em simultâneo com a integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo, as oligarquias rurais ligadas a grande propriedade territorial e ao capitalismo comercial” (p. 218). Dessa forma o latifúndio obteve inúmeras linhas de apoio, constituindo-se numa das faces mais visíveis da modernização conservadora, pois foi a partir principalmente da década de 1970 que houve uma intensificação do consumo industrial pela agricultura, com a triplicação da frota de tratores, altamente concentrada nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, só

vindo propagar-se para o Centro-Oeste nos anos 80. Deixando-se em grande parte para trás a agricultura do Nordeste e a extração vegetal na Amazônia, que participaram desse processo de “modernização” cumprindo papéis distintos, ora como reservatórios contínuos de mão-de-obra migrante para o setor urbano (no caso do Nordeste), ora como provedor de novas zonas de apropriação capitalistas das terras e da exploração de florestas nativas.(SZMRECSANYI, 1997: 223).

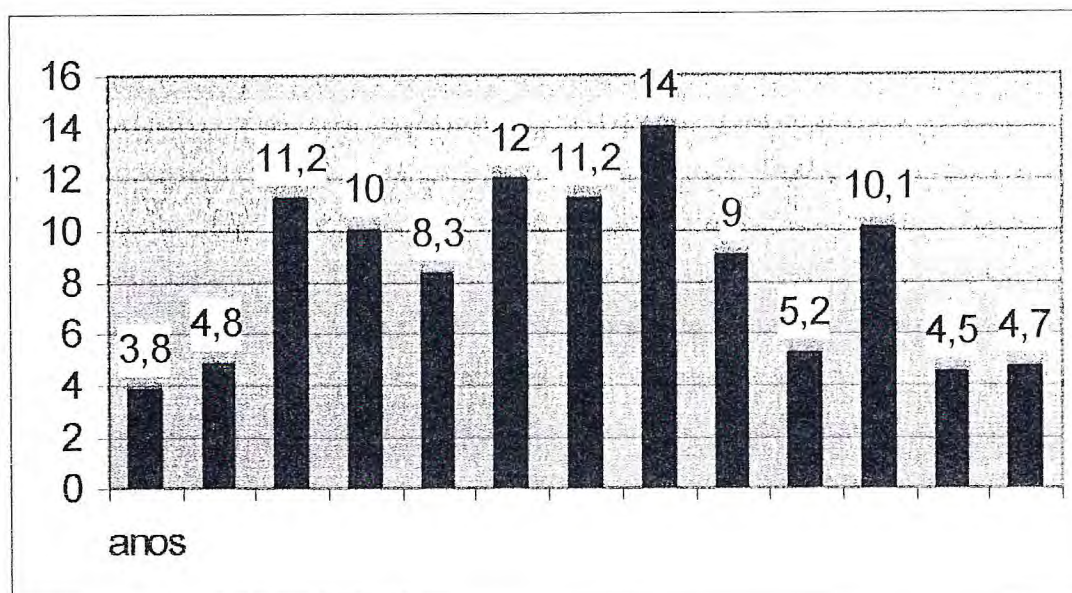
“Muitos achavam que a questão agrária tinha sido resolvida com o aumento da produção agrícola ocorrida no período do milagre. Embora todos reconhecessem que esse aumento vinha beneficiando os então chamados produtos de exportação (café, soja, etc.), em detrimento dos chamados produtos alimentícios (feijão, arroz, etc.), e contra-argumentavam que isto era um desajuste passageiro que logo se normalizaria, outros diziam ainda que não haveria problemas se pudéssemos continuar exportando soja – que era mais lucrativa – e, com os recursos obtidos, comprar o feijão de que necessitávamos.” (Graziano, 1993: 8).

Mas o “milagre” acabou. Passada a euforia inicial, o Brasil passou a se dar conta que os frutos do crescimento acelerado do período 1967/73 tinham beneficiado apenas uma minoria privilegiada. E, entre os que tinham sido penalizados, estavam os trabalhadores em geral, e, de modo particular, os trabalhadores rurais. (Graziano, 1993: 8)

A partir de 1974, a economia brasileira deixa de apresentar os elevados índices de crescimento do período anterior, e no triênio 1975/77 começa a se delinear claramente outra situação de crise.

GRÁFICO I

Crescimento do PIB 1966/1978

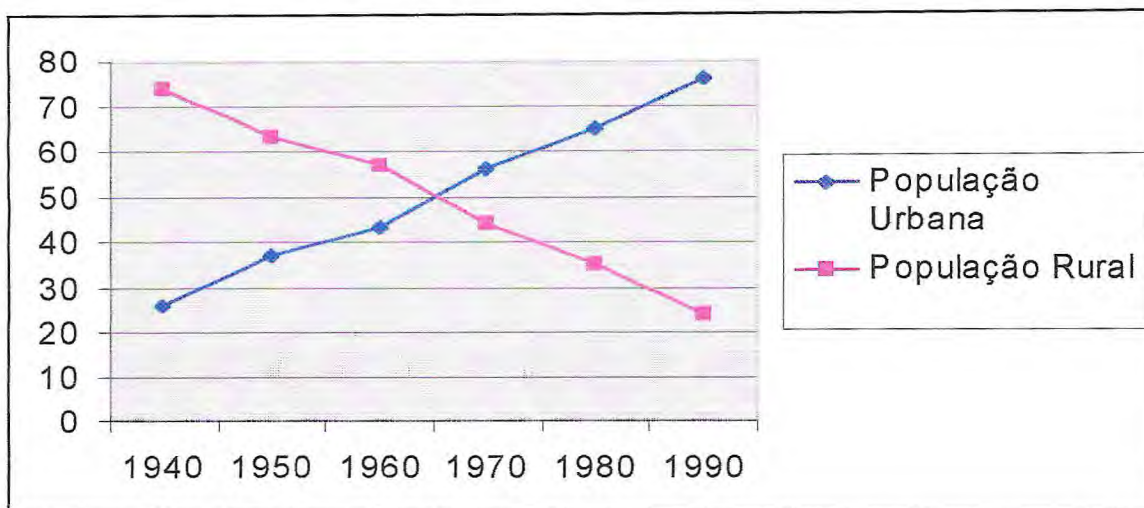


Fonte Banco Central do Brasil – FGV

Essa crise, segundo Inácio Rangel (in Graziano, 1993: p. 12), já estava desde o início dos anos sessenta ligada a uma liberação excessiva de população rural. Eram milhares de pequenos camponeses que, expulsos do campo, não conseguiram encontrar trabalho produtivo nas cidades. Daí os crescentes índices de migração, de subemprego, sem falar na mendicância, prostituição e criminalidade nas grandes metrópoles brasileiras.

GRÁFICO II

Em cinquenta anos o Brasil trocou o campo pelas cidades – em (%)



Fonte: Folha de São Paulo – OUT/96

Com a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de sessenta e setenta, houve uma destruição de milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte de sua alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra.

O resultado dessas políticas é que hoje, no Brasil os 10% mais ricos da população detêm 48,2% da renda nacional, enquanto que os 10% mais pobres ficam com apenas 1,1% da nossa riqueza e o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo chegando a 0,60 no coeficiente de Gini.³ Já a concentração de terras é ainda maior, pois metade das áreas dos imóveis rurais

do Brasil está concentrada em apenas 2% das propriedades, e nesses imóveis 62,4% da área é improdutivo.⁴

Vejamos então os dados sobre a evolução da posse da terra de 1940 até 1985, ano do último censo:

TABELA Nº 5

PORCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E DO TOTAL DE ÁREA AGRÍCOLA

ANO	Menos de 10 ha		de 10 a menos de 100 ha		de 100 a menos de 1000 ha		1000 ha ou mais	
	% de Estab.	% Área	% de Estab.	% Área	% de Estab.	% Área	% de Estab.	% Área
1940	34,4	1,5	51,3	16,7	12,8	33,5	1,5	48,3
1950	34,4	1,3	51,0	15,3	12,9	32,5	1,6	50,9
1960	44,8	2,3	44,7	19,0	9,4	34,4	1,2	44,2
1970	51,3	3,1	39,4	20,4	8,4	37,0	0,9	39,6
1975	52,0	2,7	37,9	18,6	9,0	35,8	1,1	43,0
1980	50,5	2,4	39,1	17,4	9,5	34,3	0,9	45,8
1985	52,9	2,7	37,3	18,6	8,9	35,0	0,9	43,7

FONTE: IBGE

Extraído da revista de economia política, vol 7, nº 3, jul/set.1987, p. 107.

Percebe-se então que os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares, que em 1934 representavam 34,4% do total de estabelecimentos e ocupavam apenas 1,5% da área total do país, em 1985 correspondiam a 52,9% dos estabelecimentos e ocupavam 2,7% do total da área, podendo-se perceber

³ O coeficiente de Gini calcula a porcentagem da renda nacional de cada extrato da sociedade. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais perto de um, mais desigual é o país. São considerados países com boa distribuição os de índice abaixo de 0,45.

⁴ BRAGA, M.^a Goretti Serpa, in *Economia, Fortaleza*, 1997, Ano I, Nº 3, p 18.

uma diminuição do tamanho das propriedades e um agravamento do problema dos minifúndios.

Observa-se que os imóveis com mais de 1000 hectares, em 1945 eles correspondiam a 1,5% do total de estabelecimentos e ocupavam 48,3% do total da terra e em 1985 eles eram 0,9% das propriedades e ocupavam cerca de 43,7% da área agrícola do país.

Verifica-se então que nesses 45 anos analisados as coisas não se modificaram muito, ao contrário, podemos perceber que a nossa estrutura fundiária é marcada por uma continuidade desequilibrada, onde poucos proprietários têm muita terra, e muitos têm quase nada.

Analisando os dados do INCRA variando dos anos de 1972 a 1992, ver-se-á uma concentração ainda maior.

TABELA Nº 6

**PORCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE IMÓVEIS E DO
TOTAL DA ÁREA - BRASIL**

ANO	Menos de 10 ha		de 10 a menos de 100 ha		de 100 a menos de 1000 ha		1000 ha ou mais	
	% de Imóveis	% Área	% de Imóveis	% Área	% de Imóveis	% Área	% de Imóveis	% Área
1972	31,1	1,3	54,4	16,1	12,7	31,2	1,5	51,3
1978	28,5	1,0	55,6	13,3	14,1	27,1	1,8	58,6
1992	31,3	1,4	54,5	15,8	12,8	30,8	1,4	52,0

FONTE: Sistema Nacional de Cadastro Rural - INCRA.

Extraído da Revista de Economia Política, vol. 7, nº 3, jul/set. 1987, p. 108.

Pode-se perceber que enquanto os imóveis de menos de 10 hectares permaneceram constantes, os imóveis com mais de 1000 hectares tiveram um aumento na posse das terras, pois de 1972 a 1992 houve um aumento de 0,7% na área por eles ocupada, enquanto que o número desses imóveis diminuiu 0,1%.

Dentro do exposto, vimos que o governo brasileiro pouco fez pelo desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, pois as políticas utilizadas acabaram por beneficiar quase que somente as regiões Sul e Sudeste, assim como os grandes latifundiários, que na sua maioria produziam com um direcionamento para a exportação.

Quanto à produção agrícola familiar, segundo relatório da FAO em 1992, os Assentamentos de reforma agrária aparecem como uma opção a democratização do acesso à terra, que é o que será exposto no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

REFORMA AGRÁRIA , AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

Dentro de um contexto de globalização, buscam-se também no campo, ganhos de produção e produtividade e avanços tecnológicos, que geram desemprego, que é a marcante característica das economias envolvidas na formação de blocos econômicos e na abertura comercial. A evolução tecnológica na busca de maior eficiência tem acirrado o desemprego estrutural, enquanto o desemprego conjuntural sofre as influências do movimento da economia.

A agricultura brasileira tem sido o setor mais penalizado em termos de baixos preços decorrentes das importações dos países do MERCOSUL e da valorização cambial (Jank, 1993, in Weidmann,1998: p. 3). Em consequência, o pequeno produtor não competitivo tende a se tornar assalariado *part-time* para complementar renda, ou sair do campo. No Rio Grande do Sul existem 250 mil propriedades com alta probabilidade de desaparecerem. Dos 200 mil imóveis rurais de Santa Catarina, 20% podem desaparecer até o ano 2000. No Paraná a crise do café e do algodão expulsou cerca de 400 mil pessoas, e aproximadamente 20% da população rural (300 mil pessoas), é constituída de bóia-frias, cuja renda depende do emprego (Weidmann, 1998: p. 3)

Segundo o próprio Weidmann as pequenas propriedades são empregadoras de mão-de-obra. Cerca de 50% das despesas totais com mão-de-obra na agricultura foram realizadas em propriedades de até 100 há. Daí que o estímulo para a sua sobrevivência pode ser um fator importante para a redução do êxodo rural.

Então o primeiro sentido da reforma agrária hoje, seria reduzir o êxodo rural de maneira a torná-lo compatível com a expansão de oportunidades no setor urbano-industrial. A reforma agrária auxiliaria, assim, na redução da miséria no campo e na obtenção de uma maior estabilidade social.

Um segundo aspecto, é que a reforma agrária hoje não pode se constituir apenas na distribuição de terras para gerar pequenos produtores de subsistência. O novo contexto econômico exige que pequenos produtores tenham cada vez mais competitividade, que depende da capacidade de entender e adotar novas tecnologias, de assumir cooperação com agro-indústria e varejo (supermercados), de capacidade de organização e, acima de tudo, de capacidade de coordenação do processo.

Quanto a cooperação com o varejo, hoje já temos alguns exemplos onde isto acontece com grande tendência de crescimento: o grupo Pão de Açúcar, atua em parceria com 200 produtores de verduras e legumes (alface, acelga, mandioca e milho) e ainda de condimentos (alecrim, etc) do interior de São Paulo, mantendo padrões de qualidade pré-determinados, livres de agrotóxicos.

Em Curitiba, o grupo Mercadorama compra de agricultores da região a preços melhores que os oferecidos pelos atravessadores. O grupo mantém um agrônomo para prestar assistência técnica a 160 produtores, que produzem com exclusividade, e com isto o setor está se especializando. Esse sistema tem possibilitado que agricultores invistam na atividade produtiva (Weidmann, 1998, p. 8)

Mas a reforma agrária no Brasil, vista como uma política necessária de democratização do acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra, sempre esbarrou no preconceito político, em visões limitadas do seu alcance e do seu papel, e sobretudo no seu sentido econômico.

A agricultura de base familiar nunca teve no Brasil, o tratamento que outros países capitalistas lhe conferiram, reconhecendo neste tipo de estrutura produtiva um papel estratégico no desenvolvimento econômico com redistribuição de renda.

Há uma necessidade muito grande de que o Estado diminua as dificuldades para a implementação de uma política agrária que contemple aos interesses dos trabalhadores rurais sem terra, assalariados, rendeiros e mesmo os pequenos proprietários, cujo traço comum é a utilização predominante da força de trabalho da família.

Essas políticas seriam basicamente a doação das terras, apoio técnico e financeiro, e organização por parte dos beneficiários, tudo isto dentro de um programa mais amplo, com uma emergência no combate à FOME, à MISÉRIA, à SECA no NORDESTE, ao DESEMPREGO, à VIOLÊNCIA e às DESIGUALDADES SOCIAIS e REGIONAIS.

A democratização do acesso à terra, vinculado a um novo programa de desenvolvimento, que estimule e garanta a ampliação e modernização da produção familiar poderá trazer impactos positivos de curto prazo no processo de transformação do atual quadro existente no Brasil. Podendo ter reflexo na ampliação do nível de emprego na agricultura, na redução do êxodo rural, no

aumento da produção de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, e no aumento do nível de renda do homem do campo, buscando a paz social e a diminuição da violência no campo⁵, que tem aumentado nos últimos meses em virtude dos saques por causa da seca.

A reforma agrária teria então o objetivo de democratizar o acesso à terra, através da redistribuição da propriedade fundiária, com o assentamento de trabalhadores rurais em terras economicamente úteis, de preferência nas regiões onde habitam, superando à fome, à miséria e o desemprego, protegendo o meio ambiente e resgatando a cidadania do trabalhador rural.

Há uma necessidade muito grande de que o Estado além de doar a terra, forneça às famílias assentadas recebam apoio técnico e financeiro para que tenham condições de continuar produzindo nas terras recebidas, fazendo com que os assentamentos aumentem seu potencial econômico, e contribua para o desenvolvimento auto-sustentado.

A rentabilidade dos assentamentos de reforma agrária se explica por estes serem estruturas de sustentação da atividade produtiva do trabalhador, que lhes permite produzir para o auto-consumo e ainda gerar excedentes comercializáveis. Esses assentamentos ainda podem funcionar como geradores de renda complementar para trabalhadores que continuem a desenvolver atividades assalariadas.

⁵ Somente no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 61 pessoas, entre sem terras, policiais e capatazes, morreram em conflitos no campo. Folha de São Paulo, 10/02/98.

Os assentamentos assim concretizados podem funcionar como o novo vetor da reforma agrária no país, com eficiência na produção e competitividade no mercado. Desta forma poderão incorporar milhares de trabalhadores ao processo produtivo, contribuindo no processo de superação da fome e da miséria, e conseqüente construção e expansão da cidadania.

Dentro desse contexto, os assentamentos de reforma agrária desempenham os seguintes papéis:

- O assentamento é uma estrutura de sustentação da atividade produtiva do trabalhador, fonte de subsistência e geradora de excedentes;
- Como frente produtiva, absorve mão-de-obra no combate aos efeitos da seca e reforça as possibilidades concretas de convivência com ela;
- Funciona como área de desenvolvimento e adaptação tecnológica, visando o aumento da produção e da produtividade agrícola;
- Estimula empreendimentos associativos modernos, autogestionados pelos próprios produtores;
- É base para o desenvolvimento agro-industrial fundado na integração vertical para absorver eventual excedente de mão-de-obra;
- Gera renda complementar para trabalhadores que continuarem a desenvolver atividades assalariadas;
- Constitui-se em espaço para trocas de experiências produtivas e de organização da produção familiar no Brasil;
- Estimula o desenvolvimento dos mercados locais e regionais, favorecendo progressivamente a diversificação da produção para mercados mais amplos;

- Favorece a integração da produção e do consumo;
- Propicia a preservação cultural, estimulando a produção artesanal e suas derivações, também geradoras de renda e da afirmação humanística do produtor e de sua família;
- Constitui-se em área de desenvolvimento auto sustentado, e modelar na preservação do meio ambiente;

Enfim, incorpora milhares de trabalhadores ao processo de geração e apropriação de riqueza, representando a construção e expansão da cidadania.

No Brasil, esses assentamentos têm se mostrado eficientes e viáveis segundo o relatório da FAO de 1992, e que alguns problemas que são apresentados dentro desses assentamentos são ocasionados pela baixa qualidade dos solos onde estão esses assentamentos, insuficiência de créditos para investimento na terra, políticas agrícolas desfavoráveis aos pequenos produtores, baixa escolaridade e formação técnica precária dentro dos assentamentos, perdas na comercialização, pequena produção científica para subsidiar tecnologias adequadas à produção familiar e falta de organização interna dentro dos assentamentos (ausência de cooperativas), mesmo assim, segundo o mesmo relatório da FAO os salários médios dentro dos assentamentos é de 3,7 salários mínimos, que é um indicador relevante, em virtude da baixa renda na zona rural brasileira.

QUADRO Nº 1
REND A MÉDIA DENTRO DOS ASSENTAMENTOS EM
SALÁRIOS MÍNIMOS

REGIÃO	REND A
Norte	4,18
Centro-Oeste	3,85
Nordeste	2,33
Sudeste	4,13
Sul	5,62
Média Nacional	3,7

Fonte: FAO/PNUD, jul, 1992.

Por esses dados vemos que o pico dos salários dentro dos assentamentos é na região Sul, com 5,62 salários mínimos e o ponto mais baixo é justamente no Nordeste com 2,33 salários mínimos. Mas isso pode ser considerada uma prova de insucesso dos assentamentos? A resposta é não, pois no Nordeste é que se tem a pior realidade da zona rural do Brasil, e comparando-se a renda dos trabalhadores rurais assentados com os que estão fora dos acampamentos, veremos que 2,33 salários mínimos é sem dúvida uma quantia representativa em virtude da dura realidade que vivem esses trabalhadores que têm uma remuneração média de R\$ 2,00 por dia de trabalho.

O que esses dados evidenciam é que a geração de renda nos assentamentos estaria acompanhando os desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira. Por isso, como sugestão da própria FAO, o importante seria uma política de desenvolvimento que levasse em conta essa diversidade. Dessa forma, os assentamentos da região Nordeste receberiam recursos para irrigação, enquanto que os da região Norte precisariam de

aprimoramento nas vias de comunicação, na região Centro-Oeste deveria ser priorizada a recuperação dos solos pobres do cerrado. Já na região Sul foi demonstrado que os assentamentos demonstram grande capacidade de aproveitamento da política agrícola implementada, ficando a região sudeste necessitada de mais assistência técnica.

Segundo o primeiro censo sobre assentamentos rurais do país, feito a partir do pedido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por 1800 universitários durante 5 meses em mais de 1400 assentamentos de Norte a Sul do país, para descobrir quem são, o que fazem e como vivem as 200 mil famílias assentadas, foi constatado que pelo menos 70% dos assentados já trabalharam em alguma atividade rural. O censo também comprovou que os assentados têm baixa produtividade e que cerca de 40% das famílias acabam abandonando os assentamentos.

Nesses assentamentos a maioria das famílias vive em casa de madeira ou taipa e têm sua iluminação feita através de lampiões de querosene, e pouquíssimos possuem água encanada. A maior parte não tem posto de saúde e muito menos hospital. Adoecem com frequência e reclamam principalmente de malária, diarreia e piolhos. Muito raro também é a presença de escolas, e mesmo quando elas existem há uma ausência de material e merenda escolar, mas apesar de tudo isso, 60% das famílias não pensam em deixar os assentamentos, por essa ser uma realidade melhor do que eles viviam anteriormente, pois, a renda familiar de R\$ 330,00 por mês em média, coloca essas pessoas num padrão bem acima dos milhões de brasileiros que vivem em estado de miséria absoluta. Além disso, no mundo rural não se conta apenas com a renda monetária, pois parte dos ganhos se traduz em alimentação para o

autoconsumo. Segundo o censo, metade da alimentação das famílias é suprida pela própria produção.

Segundo Renato Cabral, secretário executivo de desenvolvimento rural da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), “isto está longe de ser revolução agrícola, mas cumpre um elemento básico de pelo menos reduzir a miséria.”

Quanto a baixa produtividade pode ser explicada pelo fato de que mais de 40% dos assentados não têm nenhum tipo de assistência técnica e, quando ela existe, apenas uma pequena parcela a considera de boa qualidade. ✕

O censo demonstrou ainda como veremos nos gráficos em anexo, o número de famílias beneficiadas, o estado civil dos assentados, escolaridade, o que os assentados faziam antes de se estabelecerem nos assentamentos, de onde vem a luz, percentual dos que possuem eletrodomésticos, idade, como são feitas as casas nos assentamentos e renda familiar e como vivem as 200 mil famílias assentadas.

Portanto os programas de assentamento envolvendo trabalhadores rurais sem terra mostraram-se eficientes e viáveis no processo de desenvolvimento rural brasileiro no que diz respeito a distribuição de renda e de fixação do homem no campo, bem como colaboraram no processo de crescimento econômico nas regiões onde se instalaram. Um bom exemplo disso está no Pontal do Paranapanema em São Paulo, que é uma das regiões onde mais ocorrem conflitos de terra no Brasil.

Nessa região, a segunda mais pobre do estado, foram assentadas em 1988, cerca de 636 famílias que conseguiram modificar a realidade da região de tal forma que hoje, a arrecadação do município que possui apenas 30 mil habitantes, é maior do que a de Lins, outro município paulista que tem 80 mil habitantes; o que vem a comprovar a influência e eficiência dos assentamentos com base na produção agrícola familiar na expansão do comércio e do setor financeiro local.

Outro exemplo da eficiência da produção familiar na Brasil pode ser observado no quadro 2, a seguir:

QUADRO Nº 2
PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE EXTRATOS DE
ÁREA SELECIONADOS NA OFERTA AGRÍCOLA , BRASIL,
1985(porcentagens)

	Estrato 20-100		Estrato 500-1000	
	Área	Produção	Área	Produção
Batata Inglesa	42	42	6	8
Trigo	41	42	14	13
Cacau	39	40	10	9
Banana	36	35	7	7
Café	35	32	11	14
Milho	33	34	11	13
Feijão (1.ª safra)	33	34	5	6
Algodão	33	35	11	11
Tomate	32	30	7	8
Laranja	32	31	21	22
Mandioca	31	33	4	4
Soja	26	26	29	30
Arroz	23	21	27	32
Cana-de-açúcar	13	11	48	52
Leite vendido		32		17
Ovos vend.p/consumo		35	-	8

Fonte: Censo Agropecuário de 1985.

Não é difícil verificar pelo quadro acima que os principais produtos que efetivamente chegam a mesa dos brasileiros, são produzidos em sua maioria

nas unidades de produção familiar. O feijão por exemplo, tem 34% sendo produzido pela agricultura familiar contra apenas 6% dos grandes extratos, o milho aparece com 34% na agricultura familiar contra apenas 13%, a mandioca aparece com 33% contra apenas 4% dos grandes extratos. Podemos perceber ainda que os grandes latifúndios superam a produção familiar apenas em arroz, soja e cana-de-açúcar.

No quadro 3, a seguir, o rendimento nos estabelecimentos nos mesmos extratos da quadro anterior.

QUADRO Nº 3
RENDIMENTOS FÍSICOS NOS ESTABELECIMENTOS DE
EXTRATOS DE ÁREA SELECIONADOS NO BRASIL

	Estrato 20-100	Estrato 500-10000	Unidades
Algodão	1,1	1,0	Ton./há
Feijão	0,4	0,4	“
Mandioca	8,0	6,9	“
Soja	1,8	1,8	“
Trigo	1,6	1,4	“
Cacau	0,6	0,5	“
Banana	918	890	Cachos/há
Leite	997	841	L/vaca ord.
Arroz	1,6	2,0	Ton./há
Batata Inglesa	9,4	13,1	“
Cana-de-açúcar	53	65	“
Milho	1,5	1,8	“
Tomate	19	21	“
Café	1,3	1,8	“
Laranja	91	102	Mil frut/há

Fonte: Censo agropecuário de 1985.

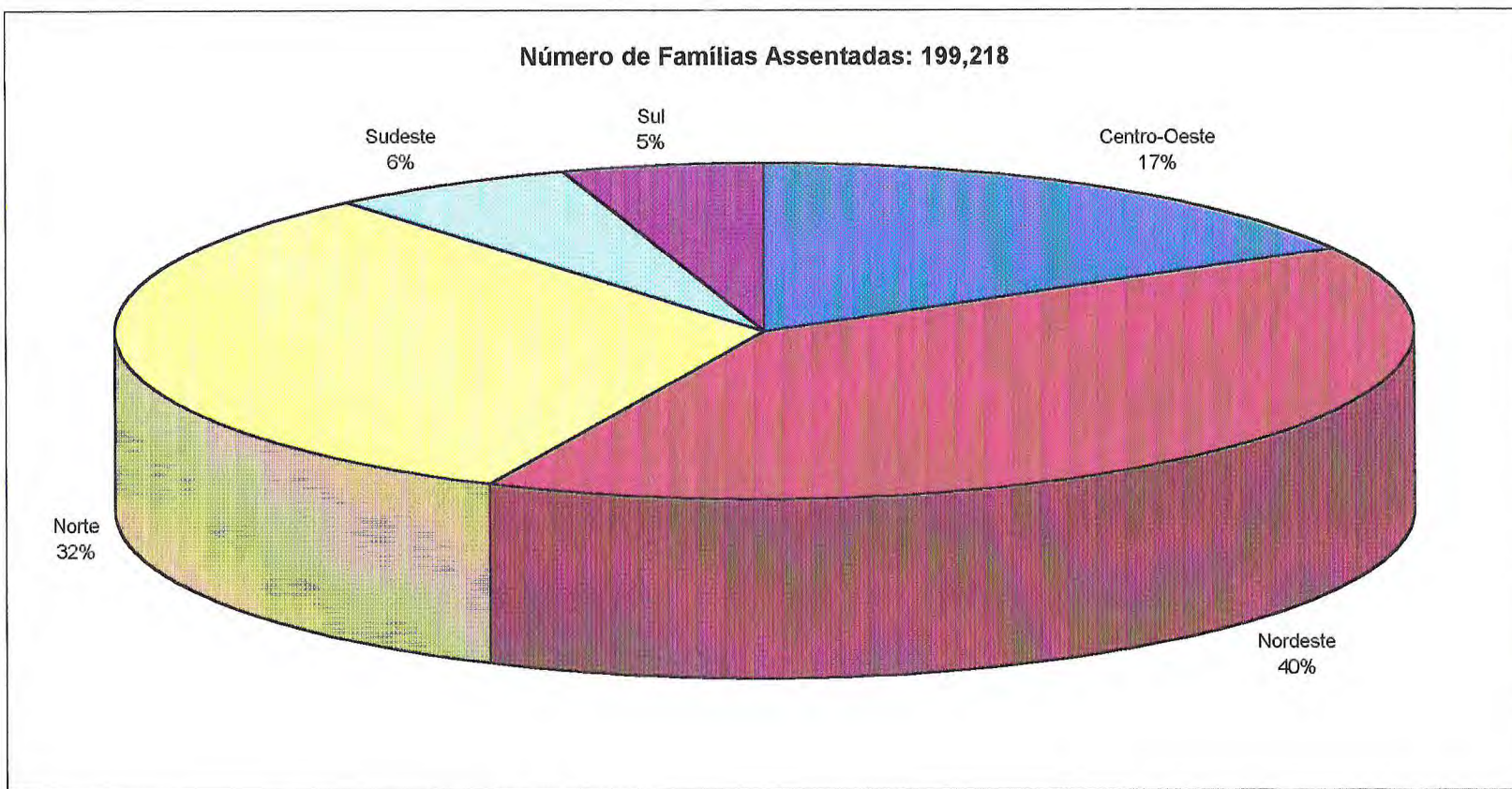
Além disso tudo, percebe-se que a capacidade de gerar empregos da propriedade patronal latifundiária é quatro vezes menor que a agricultura familiar, pois ocupando 75% da área agricultável nacional, absorve apenas 20% da mão-de-obra rural brasileira.⁶

⁶ Cf. FAO/INCRA, Projeto UFT/BRA/036, mar, 1995.

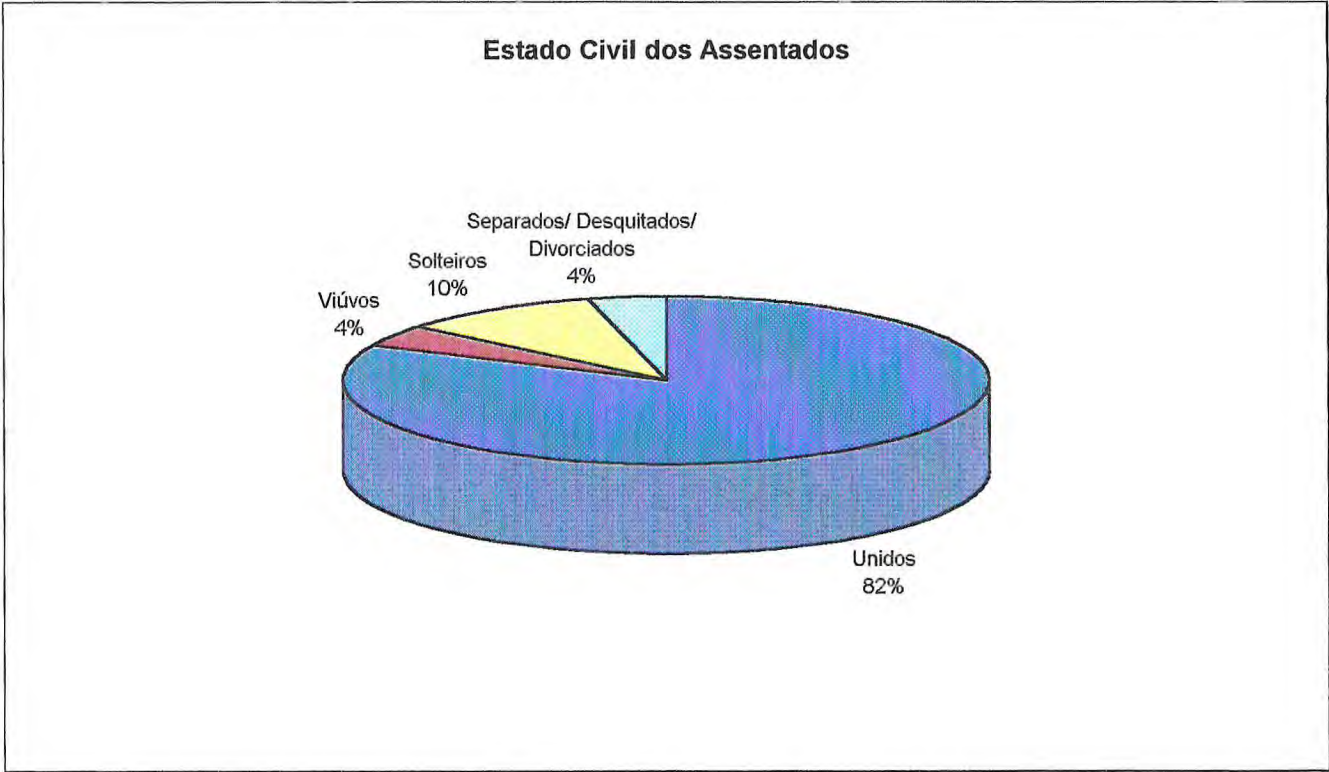
Já a agricultura familiar que possui apenas 25% das terras nacionais, gera 80% do emprego para a população economicamente ativa(PEA) rural, ou seja, 20 milhões de empregos, conforme dados da Confederação Brasileira de Trabalhadores em agricultura (CONTAG).

Segundo o relatório de 1992 da FAO, enquanto na agricultura patronal são necessários 60 hectares de terra para a geração de um emprego, na agricultura familiar bastam 9 hectares. E as lavouras da produção familiar são três vezes mais importantes que as patronais, tendo em vista que apesar de o segmento patronal superar o familiar em carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja, o inverso ocorre em outros 15 importantes produtos: carnes suínas e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café milho, feijão, algodão, tomate, mandioca e laranja.

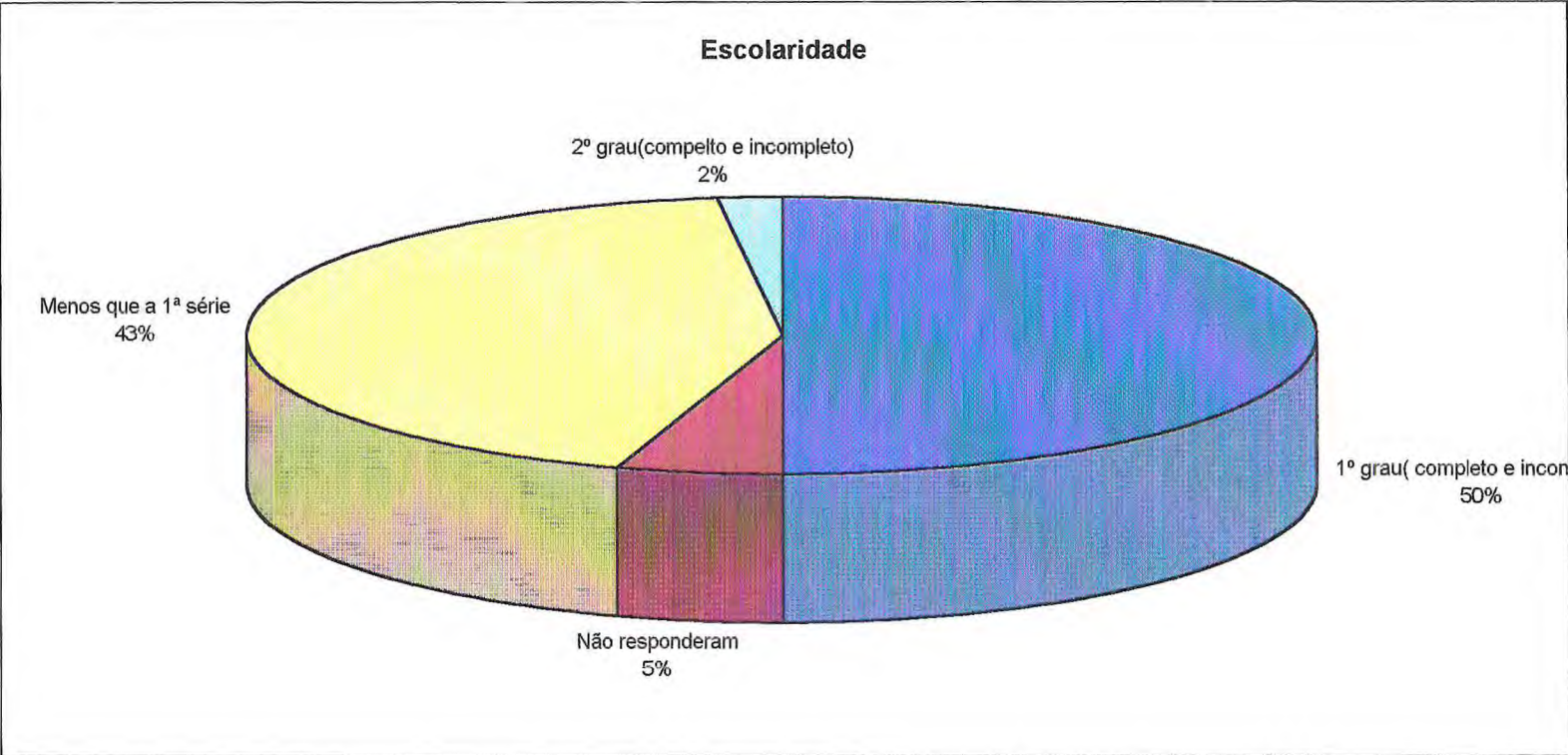
Isto mostra a necessidade de políticas que contemplem a questão da produção agrícola familiar, para que se consiga produzir alimentos mais baratos e abundantes, garantindo renda ao produtor rural, aumento no número de empregos e diminuição no número de indigentes no país, que hoje já ultrapassa os 20 milhões.



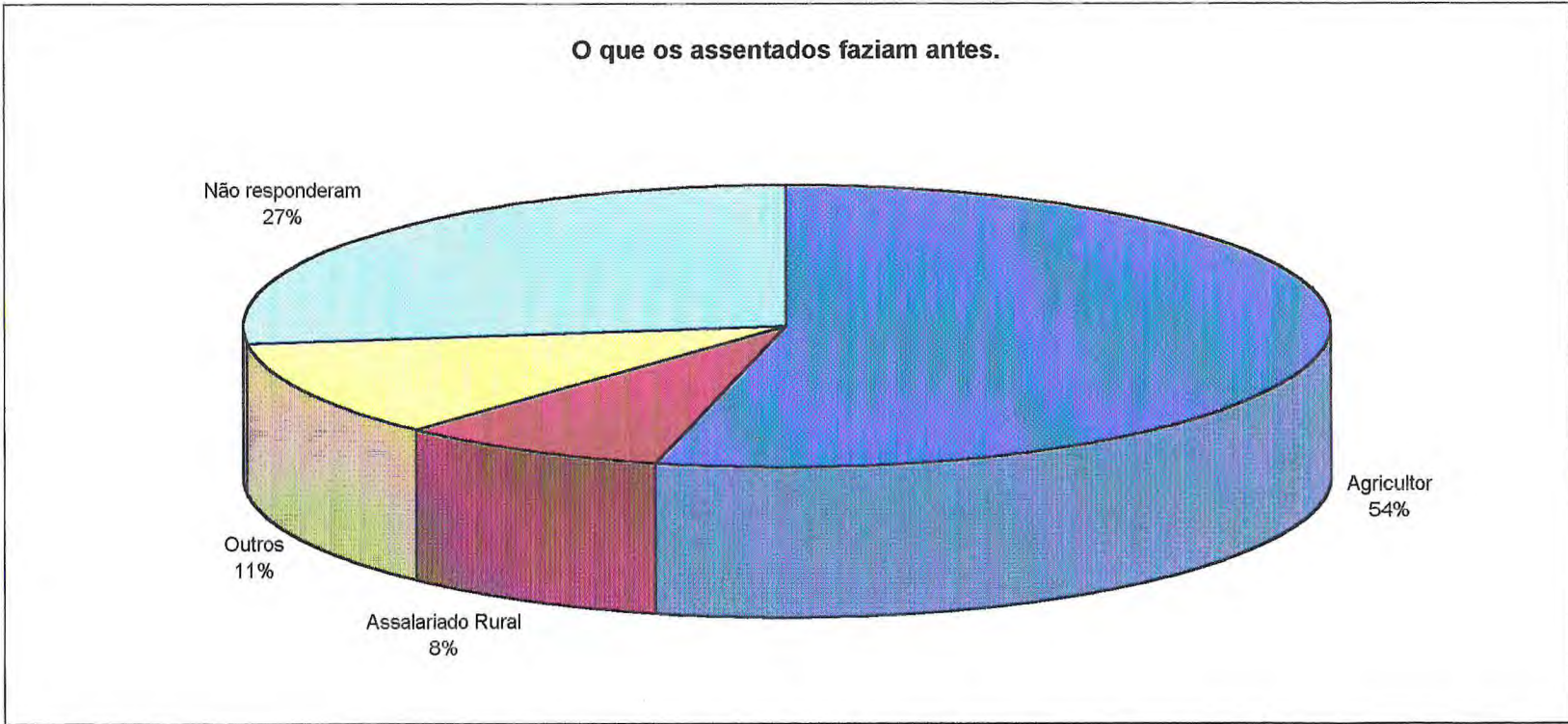
Fonte - 1º CENSO SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS - REVISTA VEJA - 25/06/97



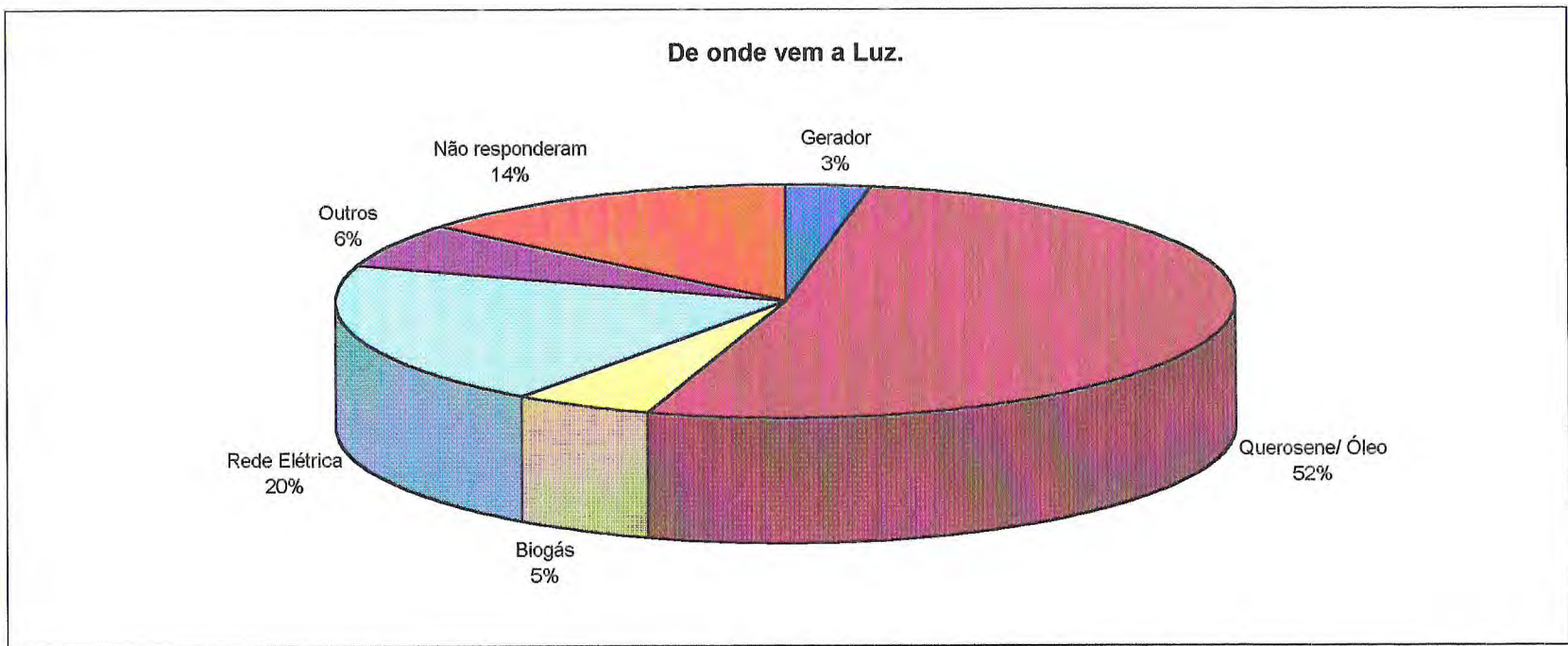
Fonte - 1º CENSO SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS - REVISTA VEJA - 25/06/97



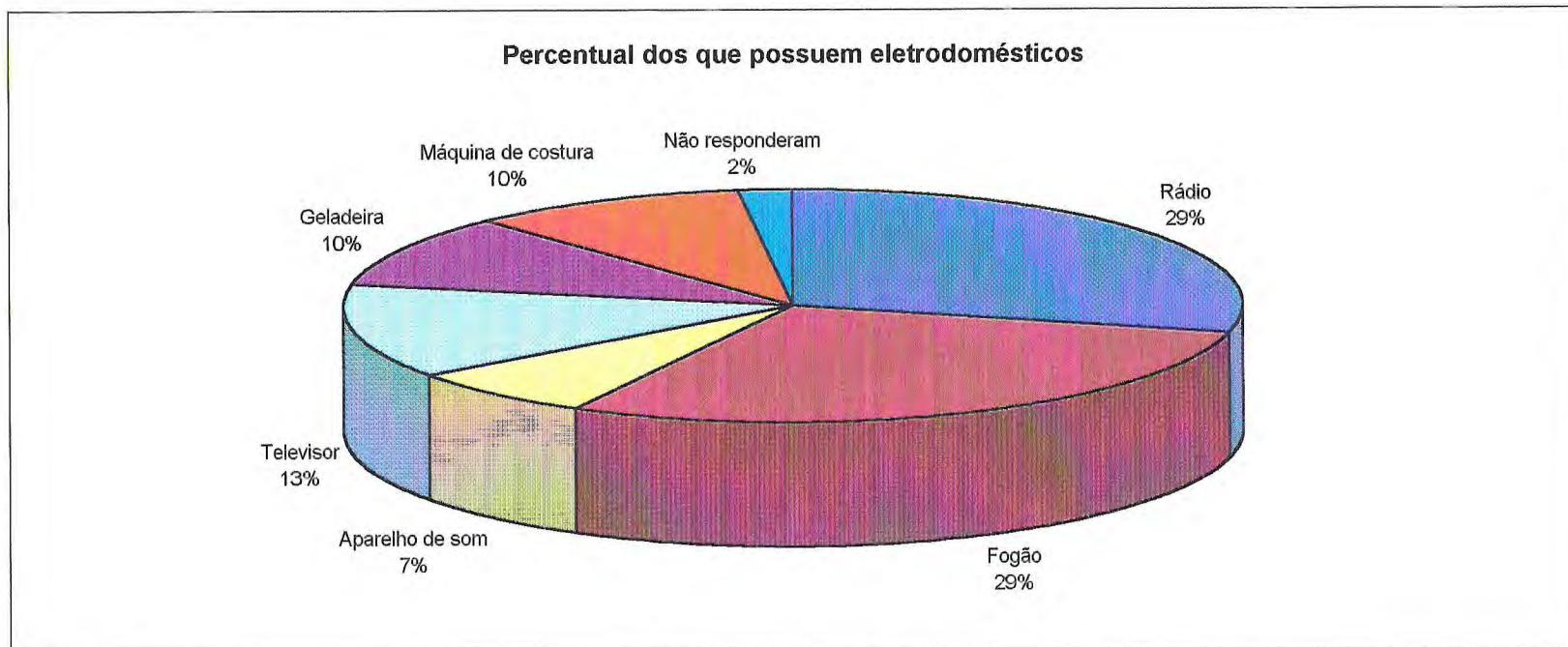
Fonte - 1º CENSO SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS - REVISTA VEJA - 25/06/97



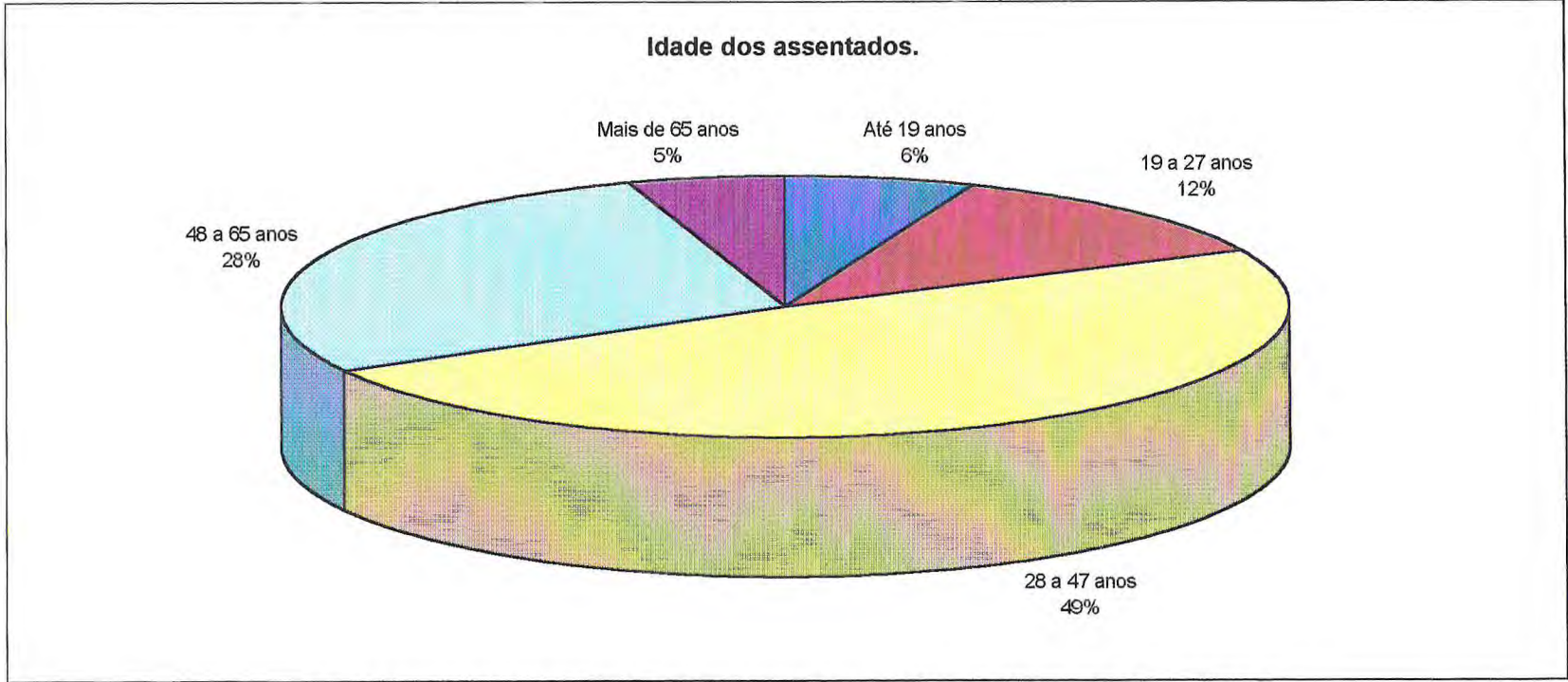
Fonte - 1º CENSO SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS - REVISTA VEJA - 25/06/97



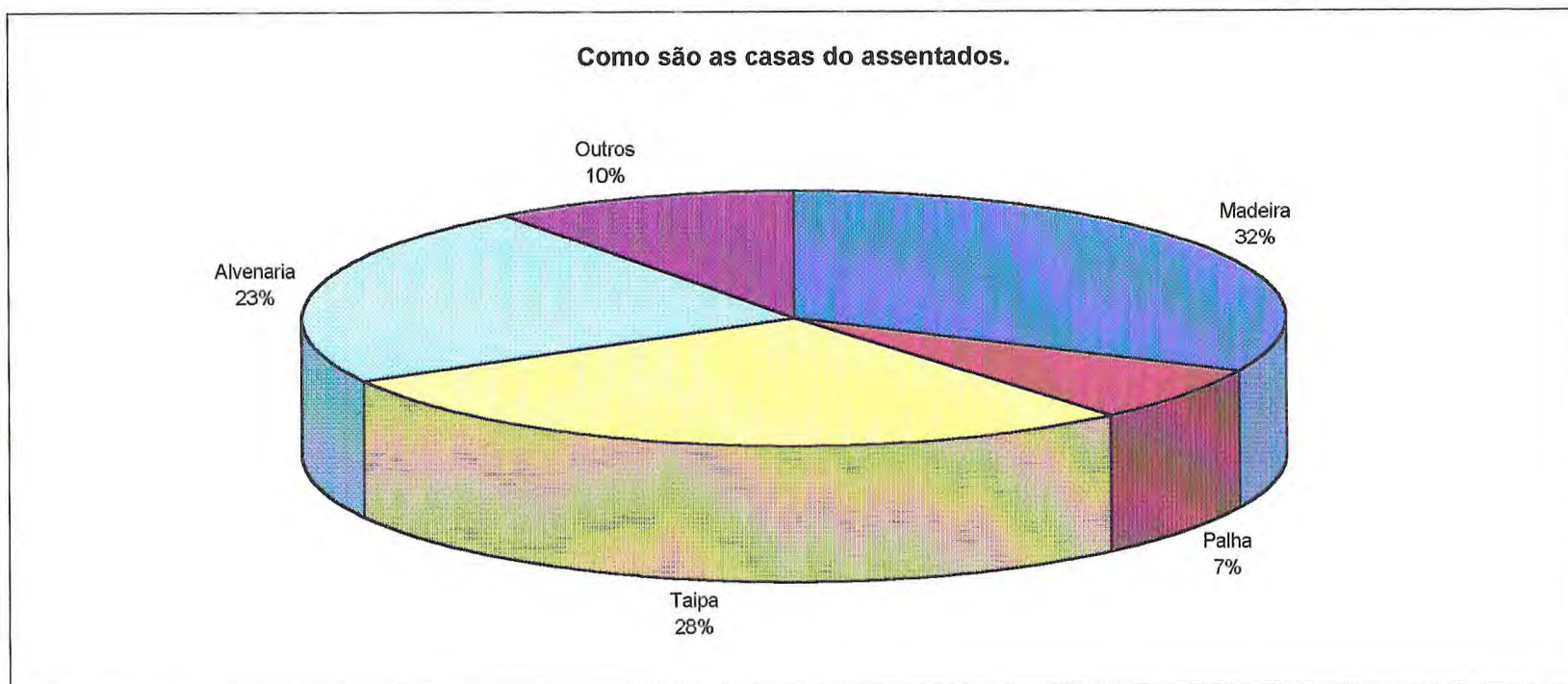
Fonte - 1º CENSO SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS - REVISTA VEJA - 25/06/97



Fonte - 1º CENSO SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS - REVISTA VEJA - 25/06/97



Fonte - 1º CENSO SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS - REVISTA VEJA - 25/06/97



Fonte: 1º CENSO SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS - REVISTA VEJA - 25/06/97

CONCLUSÃO

Diante do exposto podemos obter várias conclusões relativas aos três capítulos apresentados neste trabalho.

No primeiro capítulo observa-se que as previsões de Lênin e Kautsky sobre a agricultura familiar acabaram por não se confirmar, tendo em vista que o número de trabalhadores assalariados no campo não aumentou, e a incompatibilidade do progresso técnico com a produção familiar mostrou-se absurda, pois esta foi uma das principais bases em que se apoiaram os países capitalistas para ajudar no seu desenvolvimento.

Pode-se observar também que os países capitalistas utilizaram a produção agrícola familiar com o apoio intensivo do Estado em forma de políticas públicas, fomentando a modernização dessas unidades, para que se elevasse a sua produtividade objetivando a redução dos preços dos alimentos para que se consolidasse a industrialização via mecanismo de transferência intersetorial de renda.

Quanto ao segundo capítulo que trata das políticas agrícolas e da produção familiar no Brasil, observa-se que essas políticas mostraram-se excludentes, pois beneficiaram sobretudo a região Centro-Sul e os principais beneficiários foram os latifundiários que obtiveram inúmeras linhas de crédito, o que só aumentou a concentração de terras e as desigualdades regionais.

E mesmo assim podemos perceber que mais de 60% da produção de alimentos do Brasil provém das unidades familiares de produção, e que 44%

do nosso PIB é formado pelo agronegócio, o que mostra a importância que tem a agricultura na economia brasileira.

No terceiro capítulo Vimos que uma solução proposta pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e respaldada pela FAO no seu relatório de 1992, que são os assentamentos de reforma agrária mostraram-se eficientes e viáveis por terem apresentado uma renda média nacional de 3,7 salários mínimos, que é um indicador relevante em virtude da baixa renda apresentada na zona rural brasileira, e que esses assentamentos devem ser desenvolvidos dentro de um processo estável e de longo prazo, integrando a produção familiar a agroindústria e aos supermercados, tudo isto dentro de um projeto de desenvolvimento agrícola com as seguintes características: disponibilidade e acervo de tecnologia, proteção do Estado contra a competição estrangeira e assistência do Estado para a melhoria na comercialização e crédito.

Concluindo, o estudo mostra a necessidade de políticas de fomento a agricultura familiar, através de uma desconcentração de terras por meio de uma reforma agrária, onde o Estado deve subsidiar o produtor familiar, para que este possa fazer com que a agricultura desempenhe um papel importante no processo de democratização da sociedade brasileira, tendo em vista que hoje o Brasil possui mais de 20 milhões de pessoas que sobrevivem abaixo da linha da pobreza.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.

São Paulo, Editora da Universidade de Campinas, 1992, 275 ps.

FAO/PNUD - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária - Projeto BRA

87/022 - Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. Vol. 1, Relatório Final - versão Resumida, jul/1992.

FAO/INCRA - Projeto UTF/BRA/036 - Diretrizes de política agrícola e desenvolvimento sustentável. Vol. 1, relatório final - versão resumida, mar/1995.

GUANZIROLI, Carlos. Porquê a Agricultura Familiar. O Povo. Fortaleza, fasc 1, 1996, p. 6.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio - Editora Paz e Terra - 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, 1985.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

Sistema Nacional de Cadastro Rural. Estatísticas parciais do recadastramento/1992.

MARTINS, José de Sousa - A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República, São Paulo. Editora Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Sousa - A Militarização da Questão Agrária no Brasil(Terra e poder: o problema da terra na crise política) - Editora vozes, Petrópolis, 1984.

REVISTA VEJA - Reforma Agrária - Com rádio e fogão - 25/06/1997.

SILVA, José Graziano da - O Que é Questão Agrária - 17ª edição - Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

VEIGA, José Eli da - O Que é Reforma Agrária - 13ª edição - Editora Brasiliense, São Paulo, 1990.